

ITALIANOS EM SÃO PAULO (1880-1920)

Michael M. Hall (*)

ABSTRACT

This article deals with Italian immigrants in São Paulo between 1880 and 1920. Most were brought at state expense to supply cheap labor for the coffee plantations. The grim conditions they encountered are described and analysed. Italian immigrants also formed the first industrial working class in the city of São Paulo, and the article seeks to consider some implications of this fact.

No século XIX houve para muitos uma esperança: que a imigração em larga escala criasse um novo Brasil — nação estável, européia, moderna, alicerçada sobre pequenas fazendas prósperas e diversificadas. Para os que assim esperavam não se tratava de uma visão mesquinha (1). Mais ainda, ela se tornou plausível nas décadas de 1870 e 1880 dada a crença muito difundida de que o sistema da grande propriedade, com as relações sociais e econômicas que o acompanhavam, estava fadado ao colapso com a iminente abolição da escravatura. Mesmo muitos fazendeiros prósperos em São Paulo temiam por sua sobrevivência na transição para o trabalho livre, o qual, pensavam, iriam elevar enormemente os seus custos de produção numa época em que os preços do café pareciam destinados a permanecer relativamente baixos (2). Mas seguramente não é a menor das ironias da história brasileira, que quando finalmente se instalou a imigração em massa, ela não criou um novo Brasil, como se esperava, mas serviu, ao contrário, para amparar a combalida estrutura do velho.

Mais de um milhão e meio de imigrantes foram trazidos ao Brasil entre 1880 e 1920, a maioria para trabalhar como colonos nas vastas fa-

(*) Da Universidade Estadual de Campinas.

(1) Para as opiniões sobre a imigração de reformadores liberais, tais como André Rebouças e Alfredo d'Escagnolle Taunay, cf. Michael M. Hall, "Reformadores de classe média no Império: *A Sociedade Central de Imigração*", *Revista de História*, n.º 105 (1976), pp. 147-171.

(2) Louis Couty, *Le Brésil en 1884* (Rio de Janeiro, 1884), pp. 101-126, 196-198, e C.F. Van Delden Laerne, *Brasil and Java: report on coffee culture* (Londres, 1885), pp. 224-227.

zendas de café de São Paulo ⁽³⁾. Alguns fazendeiros tinham realizado experiências com a mão-de-obra livre europeia mesmo no início do século XIX, mas geralmente abandonado tais esquemas, em grande parte, aparentemente, devido à persistente rentabilidade da escravidão ⁽⁴⁾. Sem dúvida é verdade que as origens da imigração em grande escala estão intimamente relacionadas à questão da escravidão, embora talvez não da maneira geralmente considerada. Embora freqüentemente se diga que a abolição tornou possível a imigração em massa, provavelmente a relação oposta está mais próxima da verdade. Até os últimos anos da década de 1880, a escravidão continuava a ser uma instituição viável em São Paulo. Quando os fazendeiros se viram finalmente confrontados, especialmente em 1887, com fugas em massa de escravos e a ameaça de desordens ainda maiores, foram perfeitamente capazes de substituir facilmente sua população de escravos, cada vez mais indisciplinados, pelos imigrantes italianos, mais dóceis. Enquanto se calculava que uns 50.000 escravos eram necessários à agricultura cafeeira em São Paulo em meados da década de 1880, Antônio Prado, um dos arquitetos do sistema de imigração, podia anunciar em maio de 1887, um ano antes da abolição, que 60.000 a 70.000 imigrantes tinham sido colocados nas fazendas e sugerir que os limites da capacidade de absorção de mais trabalhadores pelas fazendas estavam sendo atingidos ⁽⁵⁾. Foi nesse contexto, caracterizado de um lado por escravos nos quais não se podia confiar e de outro, pela pronta disponibilidade de imigrantes. Muitos fazendeiros paulistas receberam com prazer a abolição, da qual o próprio Prado foi, no Parlamento, o que um deputado chamou de "incontestavelmente o principal fator" na liquidação final da escravidão ⁽⁶⁾.

O esquema de imigração elaborado pelos fazendeiros era engenhoso. Envolveria o pagamento de passagens das famílias de trabalhadores rurais da Europa para São Paulo. O subsídio era limitado às famílias a fim de reduzir a incidência da reemigração já que, tal como reconhecido publicamente por Martinho Prado, irmão de Antônio Prado, os imigrantes dispostos a vir ao Brasil tendiam a ser aqueles que "não têm recurso nenhum", e se tornava então difícil para eles, no caso de insatisfação com as condições em São Paulo, conseguir pagar o preço da passagem de volta para uma família inteira ⁽⁷⁾. Trabalhadores agrícolas eram procurados,

(3) Os *Relatórios* anuais da Secretaria da Agricultura de São Paulo dão um total de 1.660.320 imigrantes, dos quais 846.963 são relacionados como italianos.

(4) Mão-de-obra livre anterior é estudada em Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia* (São Paulo, 1966), pp. 65-123, e em Sérgio Buarque de Holanda, "As colônias de parceria", *História geral da civilização brasileira* (São Paulo, 1960) V, pp. 245-260. Para sugestões adicionais, cf. Michael M. Hall, "The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914", (tese de doutoramento inédita, Columbia University, 1969), pp. 10-24.

(5) A estimativa é de Van Delden Laerne, *Brasil and Java*, p. 354. A fala de Prado aparece em (Brasil) *Anais do Senado*, 1887, anexo ao III, p. 6.

(6) Brasil, *Anais da Câmara*, 1888, IV, p. 193.

(7) *In memoriam: Martinho Prado Júnior*, 1843-1943 (São Paulo, 1944), pp. 234-235. Este é um discurso de Martinho Prado na Assembléia de São Paulo, 17 de janeiro de 1888, que não aparece nos *Anais*.

em parte pelo menos, porque provavelmente não se incluíam entre eles “elementos perturbadores da ordem pública” (8). O Brasil procurava e geralmente recebia imigrantes paupérrimos — tão pobres que não podiam comprar sua própria terra nem abrir pequenos negócios, tendo que trabalhar nas fazendas. Imigrantes com dinheiro, como Martinho Prado francamente dizia, “é gente que não nos serve” (9).

Os fazendeiros tiveram sorte quanto à coincidência da crise de mão-de-obra em São Paulo com o que Gino Luzzatto denominou “os anos mais críticos da economia italiana” (10). A competição desastrosa de cereais norte-americanos, mais baratos nos mercados italianos, somada a contínuos apuros da agricultura italiana, ao lado de outros fatores, criou uma pronta oferta de desesperados imigrantes em potencial. Durante os últimos anos da década de 1880, agentes brasileiros pululavam em Veneza e outras partes do Vale do Pó, estimulando “uma espécie de febre”, nas palavras de funcionários italianos em Treviso, que levaria um vasto número de trabalhadores agrícolas a partir para o Brasil, “na esperança de lá encontrarem a terra prometida”. Alguns até viajaram a pé, cruzando a maior parte do norte da Itália sob um rigoroso inverno, para tomar os navios que em Gênova prometiam passagens grátis pera Santos (11).

Entretanto, o destino a que estavam fadados no Brasil era pelo menos tão sombrio quanto o que tinham deixado para trás. Eles eram trazidos ao Brasil para um único propósito: fornecer mão-de-obra barata para os fazendeiros de café. Como expressou um deputado de São Paulo, logo depois da abolição: “precisamos de braços... no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e mediante a lei da oferta e procura, diminuir o salário” (12). O Secretário de Estado da Agricultura não era menos franco ao descrever a resolução do governo de importar trabalhadores em tais quantidades que as fazendas se tornariam “bastantemente saturadas, a ponto de estabelecer-se o equilíbrio entre a oferta e a procura de trabalhadores”. E acrescentou, de maneira igualmente cândida, que este método era muito mais prático do que a coerção que, “além de contrária à liberdade individual”... “produzirá efeito diametralmente oposto, criando por parte dos governos dos países emigrantistas, proibição à vinda de seus nacionais” (13).

Manter baixos os salários por este método exigiu um elaborado sistema que fosse capaz de suprir um fluxo contínuo de mão-de-obra europeia para os cafezais, considerando o grande número de trabalhadores que deixavam as fazendas e a expansão das áreas cultivadas. Como ad-

(8) Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, *Relatório da Diretoria...* 1895 (São Paulo, 1895), p. 4.

(9) *In memoriam*, op. cit., p. 235.

(10) Veja seu ensaio “Gli anni più critici dell'economia italiana (1888-1893)”, em *L' economia italiana dal 1861 al 1961* (Milão, 1961), pp. 420-452.

(11) Itália, Ministero de Agricoltura, Industria e Commercio, Direzione Generale della Statistica, *Statistica della emigrazione italiana avvenuta nel ano 1888*, pp. 159, 197.

(12) *Anais da Câmara*, 1888, IV, p. 323.

(13) São Paulo, Secretaria da Agricultura, *Relatório*, 1896, p. 80.

mitiu um outro Secretário da Agricultura, em 1907, “grandes levas” de imigrantes tinham que ser importadas de tempos em tempos, por causa do que ele denominou “o desfalque de braços” nas fazendas (14).

Essa política era, entretanto, apenas parte do sistema paulista. Apesar do repúdio inicial, a coação por parte do Estado e a violência eram partes integrantes da vida rural — às vezes para manter colonos nas fazendas, porém mais comumente para abafar greves e desordens intermitentes e lembrar à população trabalhadora — se é que isso tinha que ser lembrado — quem controlava os meios para exercer a violência (15).

(14) *Ibid.*, 1907, p. xviii.

(15) As páginas seguintes em que se descrevem as condições dos imigrantes rurais em São Paulo se baseiam numa variedade de fontes das quais as mais importantes são: B. Belli, “A Itália e a emigração”, *Correio Paulistano*, 2 de julho de 1911; C. Bertagnolli, *L'emigrazione dei contadini per l'America* (Florença, 1887); Eugenio Bonardelli, *Lo stato de S. Paolo del Brasile e l'emigrazione italiana* (Turim, 1916); L. Bodio, *Sulla emigrazione italiana* (Gênova, 1894); Angiolo Cabrini, “Piccola polemica sul Brasile”, *La vita italiana all'estero* I (maio, 1913), pp. 353-360; Francesco Canella, “Le condizioni degli italiani nello stato di San Paolo”, *L'Italia coloniale*, IV (1903), pp. 43-62, 155-181; Luigi Cardelli, *Fra gli emigrati nel Brasile: tre anni di esperienza medica*, 1907-1910 (Bolonha, 1910); Elviro Ciccarese, *Lo schiavo bianco ossia l'emigrante italiano al Brasile* (Nápoles, 1898); Pietro Colbacchini, “L'emigrazione italiana negli Stati Uniti del Brasile”, *Rassegna nazionale*, LXXXII, (1895), pp. 114-148, 292-328; Silvio Coletti, “Lo Stato di S. Paolo e l'emigrazione italiana”, *Bollettino dell'Emigrazione*, (daqui para a frente referido como BE), 1908, n.º 14, pp. 5-77, n.º 15, pp. 3-101; Silvio Coletti, “Lo Stato di S. Paolo e l'emigrazione italiana”, *Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. agenti diplomatici e consolari* (Roma, 1908), III, pp. 360-389; Arrigo de Zettiry, “I coloni italiani dello Stato di S. Paolo”, *Rassegna nazionale*, LXX (1893), pp. 59-69; Alberto de Foresta, *Attraverso l'Atlantico e in Brasile* (Roma, 1884); Pompeo Ghinassi, “Per le nostre colonie”, *L'Italia coloniale*, II (fevereiro, 1901), pp. 16-55; Ludovico Gióia, “Emigrazione a San Paolo”, *Bollettino del Ministero degli Affari Esteri* (daqui para a frente referido como BMAE), 1898, pp. 432-433; Ludovico Gióia, “I coloni italiani nello Stato di San Paolo”, *BMAE*, 1898, pp. 501-628; Ludovico Gióia, “I coloni italiani nello Stato di San Paolo”, *BMAE*, 1899, pp. 85-90; Ludovico Gióia, “Emigrazione a San Paolo”, *BMAE*, 1899, pp. 320-322; Vincenzo Grossi, “Contribuzioni allo studio della emigrazione italiana al Brasile”, *Cosmos*, XI (1892-1893), pp. 289-315; Vincenzo Grossi, “Gli italiani a São Paulo”, *Nuova antologia*, CXLIX (setembro de 1896), pp. 231-260; Gina Lombroso-Ferrero, *Nell'America Meridionale* (Veneza, 1894); Pietro Maldotti, *Relazione sull'operato della missione del porto di Genova dal 1894 al 1898 e sui due viaggi al Brasile* (Gênova, 1898); Dr. Mazzucconi, “Le condizioni degli italiani nello Stato di San Paolo”, *BE*, 1905, n.º 8, pp. 45-48; Giovanni Meritani, *Un mese nel Brasile: note e impressioni di viaggio* (Verona, 1888); Atílio Monaco, “L'emigrazione italiana nello Stato di San Paolo del Brasile”, *BE*, 1902, n.º 8, pp. 31-55; Oreste Mosta, *L'emigrazione italiana al Brasile* (Turim, 1897); Ferruccio Mosconi, *Rivelazione brasiliane: note di un reporter* (Milão, 1897); Enrico Perrod, “Emigrazione e colonizzazione nella provincia brasiliana di San Paolo”, *Bollettino consolare*, XX (1884), pp. 613-627; Enrico Perrod, *La provincia di San Paolo* (Roma, 1888); Gherardo Pio di Savoia, “Lo Stato di San Paolo e l'emigrazione italiana”, *BE*, 1905, n.º 3, pp. 3-119; Adolfo Rossi, “Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo”, *BE*, 1902, n.º 7, pp. 3-88; Luigi Rossi, *Sull'emigrazione italiana nel Brasile* (Roma, 1913); A. L. Rozwadowski, “San Paolo”, em *Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. agenti diplomatici e consolari* (Roma, 1893), pp. 147-178; Ugo Tedeschi, “Le condizioni sanitarie degli emigranti italiani nello Stato di San Paolo”, *BE*, 1907, n.º 2, pp. 3-58; Umberto Tomezzoli, “La discesa dei salari agricoli nelle fazendas do Brasile”, *BE*, 1914, n.º 13, pp. 1-112; Filippo Ugolotti, *Italia e italiani in Brasile* (São Paulo, 1897); Carlo Usiglio, “L'emigrazione nel Brasile”, *BE*, 1908, n.º 7, pp. 11-33.

Os imigrantes estavam à mercê dos proprietários das novas fazendas do este paulista — um grupo que combinava, de maneira notável, alguns padrões de comportamento muito avançados, capitalistas, visando o máximo de lucro, com atitudes consideradas por alguns observadores, aliás de maneira discutível, como ligados ao passado. O viajante italiano Vicenzo Grossi conheceu no princípio da década de 1890 um dos destacados representantes dos fazendeiros do oeste paulista, Martinho Prado. Viu-o como uma mistura curiosa de “iniciativa audaz, caráter independente e aventureiro” com que Grossi considerava como os defeitos dos fazendeiros: “o espírito feudal, o orgulho e a avidez pelo lucro”. Chamaram-lhe a atenção, em particular, a “avareza, a indiferença e o cinismo” de Prado com respeito a seus colonos que, aparentemente, ele considerava nada mais do que meros “instrumentos de trabalho”. Grossi caracterizou toda uma classe quando descreveu Martinho Prado como uma combinação “do grande e do mesquinho, o cavalheiresco e o burguês... às vezes um retrógrado, às vezes um precursor, mas jamais um mártir” (16).

Estar à completa e total mercê de tais homens não era o melhor dos destinos, especialmente quando se considera que a estrutura da vida rural em São Paulo pouco ou nada restringia o poder — às vezes literalmente de vida ou morte — que o fazendeiro exercia sobre os seus colonos. “Achar um patrão humano e razoável”, concluiu Adolfo Rossi em 1902, era “uma combinação muito rara, algo como ganhar um prêmio na loteca” (17).

Na apropriação do excedente criado pelos imigrantes, os fazendeiros eram limitados apenas por sua imaginação. Os relatórios da época estão repletos, por exemplo, de inúmeros casos de multas arbitrárias lançadas contra os colonos como método rápido para reduzir os seus salários. “Vendas” da própria fazenda, confiscos diretos, pesos e medidas ilegais e o mero não-pagamento de salários eram mecanismos utilizados pelos fazendeiros com considerável frequência (18). Quase todas as fazendas tinham o seu próprio bando dos famigerados capangas, encarregados de executar as vontades do fazendeiro e fiscalizar, entre outras coisas, a entrada e saída dos colonos nas fazendas. A violência física era um componente fundamental do sistema; os relatórios consulares e os jornais da colônia italiana da época relatam centenas de casos. É desnecessário frisar que os imigrantes não dispunham de nenhum recurso legal nesses casos. Um funcionário italiano, por exemplo, chegou ao extremo de declarar em 1908, que não acreditava “que os anais judiciários do Estado de São Paulo mencionem um caso, um único que fosse, de fazendeiro que tendo espancado um colono tenha sido punido legalmente” (19).

(16) Vicenzo Grossi, “Gl’italiani a São Paulo”, *Nuova antologia*, CXLIX (1896), p. 246.

(17) “Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo”, *Bollettino dell’emigrazione*, 1902, n.º 7, p. 34.

(18) Além das fontes citadas na nota 15, veja Hall, *Origins*, pp. 114-181.

(19) Silvio Coletti, “Lo Stato di S. Paolo e l’emigrazione italiana”, *Bollettino dell’emigrazione*, 1908, n.º 15, p. 8.

Embora os imigrantes tivessem provavelmente melhores condições de alimentação em São Paulo do que na Itália, suas moradias eram igualmente precárias e as condições sanitárias quase com certeza piores. Isolados, desumanizados, sem escolas e sem as compensações e o estímulo oferecidos pela vida comunitária na Itália, não é de surpreender que os imigrantes tenham impressionado muitos observadores pela regressão cultural que tinham sofrido. Outros ficavam abismados com a grande incidência de doenças mentais e alcoolismo.

Sob a pressão da contínua importação em larga escala de trabalhadores o salário real nos cafezais diminuiu durante este período e era substancialmente mais baixo em 1914 do que 30 anos antes⁽²⁰⁾. O sistema parece ter sido elaborado para manter os trabalhadores num mero nível de subsistência e, apesar de alguns chegarem a acumular suas poupanças, isto só acontecia em circunstâncias muito especiais, tais como em locais favorecidos ou em famílias com grande número de trabalhadores capazes. Certamente a propriedade da terra pelos imigrantes não era inativada. Campos Sales afirmou em 1896 que “fazer os estrangeiros proprietários do solo paulista não nos convém” e de fato, poucos conseguiram⁽²¹⁾. Enquanto os italianos representavam 9% dos proprietários de terras em 1905, as suas propriedades eram menos de 4% da terra — isto durante uma época em que formavam um terço ou mais da população do Estado⁽²²⁾.

Os fazendeiros insistiam em comentar quão “conveniente” a imigração italiana tinha-se revelado. O problema, como foi notado por um observador, era que “infelizmente esta conveniência, não era exatamente recíproca”⁽²³⁾. Um dos indicadores mais convincentes do quanto eram más as condições para os imigrantes em São Paulo, é o grande número dos que deixaram o Estado, indo geralmente para a Argentina ou Itália. As estatísticas oficiais mostram que as cifras de saída chegavam quase à metade das de entrada, não sendo isto, porém, uma migração sazonal como a da Argentina, já que a cultura do café não se prestava a esses arranjos⁽²⁴⁾. Aqueles que deixavam São Paulo, partiam, como constata

(20) O cálculo dos salários reais para os trabalhadores nas fazendas é bastante complicado. Para uma tentativa preliminar, veja Hall, *Origins*, pp. 140-145.

(21) Campos Sales era Presidente do Estado na época e a sua observação se tornou uma “cause célèbre”. Foi, entretanto, confirmada por testemunhas. Veja *Fanfulla*, 4, 5, 11 de setembro de 1896.

(22) São Paulo, Secretaria da Agricultura, *Relatório*, 1906, quadro IX (em seguida à p. 46). Silvio Coletti, “Lo Stato di S. Paolo e l'emigrazione italiana”, *Emigrazione e colonie*, III, p. 364. Em outras palavras, isto significava 5.197 proprietários italianos de uma população italiana estimada em cerca de 800.000: B. Belli, “La popolazione italiana nello Stato de S. Paolo”, *Bollettino della Camera Italiana di Commercio ed Arti in São Paulo*, IV, n.º 29 (março, 1905), pp. 318-319.

(23) Silvio Coletti, *Emigrazione e colonie*, III, p. 377.

(24) Os dados oficiais nos *Relatórios* da Secretaria da Agricultura de São Paulo mostram 1.553.000 chegadas e 686.200 partidas entre 1882 e 1914.

Rossi, “desesperados” (25). Durante a época, em sua grande maioria, os observadores europeus oficiais ou não concluíam que, enquanto fosse necessário e até desejável emigrar da Itália, não o era fixar-se na zona rural de São Paulo.

O governo italiano, finalmente, foi levado em 1902 a proibir a emigração subsidiada para São Paulo e, embora a proibição fosse burlada de várias maneiras, reduziu substancialmente o número de italianos importados para trabalharem nas fazendas. Por algum tempo os fazendeiros e seus aliados se voltaram para fontes ibéricas de mão-de-obra barata, embora em 1910 o governo espanhol imitasse o italiano, proibindo a emigração subsidiada de seus cidadãos (26). São Paulo, então, se empenhou seriamente na importação de trabalhadores japoneses e em anos mais recentes a migração interna tem sido usada para assegurar mão-de-obra barata para as fazendas.

O complexo sistema de imigração subsidiada era baseado na alegação de que havia uma séria falta de mão-de-obra para a agricultura em São Paulo e que um extensivo programa de imigração era necessário para aliviar esta falta. Um mito, seguramente. O que poderia ter havido era uma falta de trabalhadores dispostos a trabalhar pelos baixos salários que os fazendeiros queriam pagar. Este era, pelo menos, o ponto de vista de inúmeros observadores contemporâneos bem informados, aliás como Barrington Moore lembrou, “já que capitalistas estão quase sempre preocupados com a perspectiva de que a mão-de-obra vá faltar, é aconselhável encarar as lamentações a este respeito com um toque de ceticismo” (27). Praticamente, antes de 1920, não houve nenhuma tentativa para mobilizar número apreciável de trabalhadores livres nacionais para o trabalho nas fazendas e não se conhecem dados sobre café que teria permanecido sem ser colhido devido à falta de mão-de-obra suficiente. É interessante também que os fazendeiros, conquanto falassem muito da chamada falta de braços, raramente se queixavam de que os salários eram altos demais. Aproximadamente 300.000 trabalhadores eram necessários para cuidar e colher a safra de café de cerca de 10.000.000 de sacas por ano que entraram no mercado entre 1910 e 1914. Mas como pelo menos 750.000 trabalhadores chegaram depois de 1884, dos quais a grande maioria era destinada aos cafezais, parece claro que se houve falta de braços,

(25) Adolfo Rossi, *Bollettino dell'emigrazione*, p. 5.

(26) Os relatórios oficiais espanhóis sobre as condições no São Paulo rural confirmam em todos aspectos importantes as conclusões dos observadores italianos. Veja, especialmente, Espanha, Consejo Superior de Emigración, *Boletín*, III (1910), pp. 408-411, 577-584.

(27) Barrington Moore, *Social origins of dictatorship and democracy* (Boston, 1966), p. 120. Veja também F. Dafert, “A falta de trabalhadores agrícolas em São Paulo”, Instituto Agronômico, *Relatório*, 1892, pp. 207-203.

a causa foi a “inabilidade” ou “falta de vontade” dos fazendeiros para reter os trabalhadores nas fazendas ⁽²⁸⁾.

As constantes desistências eram, de fato, parte da eficácia do sistema paulista. Não só se deixavam partir muitos dos profundamente insatisfeitos, reduzindo assim os problemas de repressão, como também a alta rotatividade nas fazendas, provavelmente ajudou a evitar o crescimento de sentimentos de solidariedade entre os colonos, o que poderia ter levado a algumas formas efetivas de autodefesa coletiva. Além disso, devido à fácil disponibilidade de novos imigrantes, a posição de barganha dos trabalhadores era fraca, e demissões frequentes eram utilizadas como arma poderosa pelos empregadores. Alguns fazendeiros contratavam intencionalmente colonos provenientes de diferentes regiões da Itália, a fim de que os seus dialetos e costumes distintos dificultassem a cooptação entre eles ⁽²⁹⁾.

Apesar disso, greves esporádicas ocorriam nas fazendas — algumas delas são mencionadas na imprensa — mas quase nunca se estendiam além

(28) Estes cálculos são baseados nas estimativas de quantidade da mão-de-obra necessária feitas por Brandão Sobrinho, que determinou que 78.741 trabalhadores produziam uma safra de 2.750.000 sacas (*Apreciação da situação agrícola, zootécnica, industrial e comercial do 3.º distrito agrônômico do Estado de S. Paulo*. São Paulo, 1903, pp. 23, 25). O número exato de trabalhadores incluídos nos 1.553.000 imigrantes é desconhecido, mas se admite que metade o eram. Era essa a porcentagem aproximada nos primeiros anos da década de 1890-1900. Considerando que o governo se tornou menos escrupuloso nos anos seguintes sobre a limitação dos subsídios para o transporte de famílias, a porcentagem de homens adultos era indubitavelmente superior ao estimado. Outro problema é o de contar ou não todos os trabalhadores como mão-de-obra agrícola potencial. As estatísticas oficiais não são significativas quanto a este respeito porque normalmente todos tinham que declarar-se “trabalhador agrícola” para poder fazer jus ao subsídio. O Governo do Estado de São Paulo em anos posteriores insistiu numa suposta diferença entre imigrantes “subsidiados” e “espontâneos” — tendo havido um aumento considerável nos registros na última categoria. Isto poderia implicar em que somente imigrantes “subsidiados” eram invariavelmente trabalhadores rurais e que muitos artesãos, operários urbanos, etc., pagavam sua própria passagem para São Paulo. A classificação “espontâneo”, entretanto, parece em grande parte ter sido uma maneira de burlar a proibição italiana de 1902 de passagens pré-pagas. Um imigrante “espontâneo” poderia ter sua passagem reembolsada após a chegada em São Paulo. Sem dúvida, havia alguns artesãos e outros que chegaram de 3.ª classe (pois era esta a definição algo arbitrária de imigrante usada nas estatísticas brasileiras) e que eram verdadeiros imigrantes “espontâneos”. Qualquer erro a este respeito é mais do que compensado por outros fatores: 1. A subestimação do número total de imigrantes devido ao fato de que em certos anos somente as chegadas em Santos eram computadas; 2. o cálculo de que apenas a metade de todos os imigrantes eram capazes de trabalhar nos cafezais; 3. o excesso de nascimentos em relação às mortes (visto que geralmente ninguém acima de meia idade era considerado elegível para o subsídio) durante as três décadas em questão. Em qualquer caso, o argumento contra uma falta verdadeira de braços parece tão conclusivo que mesmo erros bastante grosseiros nos cálculos não parecem invalidá-lo.

(29) Sobre esta disputada questão veja Arrigo de Zettiry, “I coloni italiani dello Stato di S. Paolo”, *Rassegna nazionale*, LXX (1893), p. 80, e Ferruccio Mosconi, “Le classe sociali del Brasile e le loro funzioni”, *La riforma sociale*. VII (1897), p. 588.

das fronteiras de cada fazenda. As greves tendiam a se realizar em situações extremas e as exigências nunca ultrapassavam as necessidades econômicas mais imediatas. As causas mais comuns eram as tentativas dos fazendeiros de reduzir salários ou o não-pagamento de salários muito atrasados. O objetivo dos grevistas era, em geral, simplesmente restabelecer o status quo mais do que obter mudanças, radicais ou não, na sua situação. Conquanto, surpreendentemente, algumas greves tivessem pelo menos um êxito parcial, o resultado mais comum era a repressão pela polícia ⁽³⁰⁾.

Embora os observadores fossem quase unânimes nos seus comentários sobre o caráter "submisso", "respeitoso" e "dócil" dos imigrantes e a Comissão Italiana de Agricultura de 1912 lamentasse a sua "supina resignação", atos de violência por parte dos colonos estavam longe de ser desconhecidos ⁽³¹⁾. Francisco Augusto de Almeida Prado, fazendeiro de família poderosa, foi atacado em 1901 pelos seus colonos que, de acordo com as notícias dos jornais, crivaram o seu corpo de punhaladas, retalhando-o com os machados e enxadas ⁽³²⁾. Destino semelhante tinha sido reservado a Diogo Sales, irmão do Presidente da República, no ano anterior e, durante essa época, foram relatados outros casos de rebeliões isoladas contra os fazendeiros e seus capatazes ⁽³³⁾. Os colonos, entretanto, continuavam a tratar os problemas em termos de atitudes pessoais dos fazendeiros, e a encontrar mais freqüentemente soluções na reemigração ou na mudança para outras fazendas, em vez de qualquer forma de ação coletiva.

Além da alta taxa de mobilidade geográfica dos trabalhadores, os fatores mais importantes para prevenção de uma organização efetiva eram a repressão e o isolamento. A pronta disponibilidade e uso da polícia e de capangas já foram mencionados. Os fazendeiros eram também muito cuidadosos em impedir qualquer tentativa de organização de seus trabalhadores. Coletti, por exemplo, notou em 1900 que ninguém ia às fazendas para falar ou planejar ação coletiva — "um martírio socialista seria ali coisa certa" ⁽³⁴⁾. Desnecessário dizer que os fazendeiros proibiam a formação de quaisquer sociedades ou associações que poderiam representar uma ameaça ao seu controle ⁽³⁵⁾.

Um obstáculo ainda maior para as ações coletivas era o isolamento

(30) Estatísticas sistemáticas sobre as greves em São Paulo, aparentemente, nunca foram coletadas. Um estudo baseado sobre os relatos publicados em *Fanfulla* e outros jornais está em andamento.

(31) De Zettiry, *Ressegna nazionale*, LXX (1893), p. 78; A.L. Rozwadowski, "San Paolo", em *Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. agenti diplomatici e consolari* (Roma, 1893), p. 177; Pierre Denis, *Brazil*, trad. por Bernard Miall (Londres, 1911), p. 205; *Emigrazione agricola al Brasile. Relazione del la Commissione Italiana 1912* (2.^a ed., Bolonha, 1913), p. 232.

(32) *Fanfulla*, 21 e 22 de outubro de 1901.

(33) *Fanfulla*, 5 de outubro de 1900. Veja também 20 de maio e 6 de julho de 1901.

(34) *Bollettino dell'emigrazione*, 1908, n.º 14, p. 39. Veja *Emigrazione agricola*, p. 184, que também inclui informação sobre a censura de jornais pelos fazendeiros.

(35) Denis, *Brazil*, p. 205.

das fazendas que, entre outras coisas, implicava em que as greves não se espalhassem e pudessem ser reprimidas dentro dos limites de uma única propriedade. As fazendas se localizavam geralmente horas, às vezes dias, uma da outra. As comunicações mais simples poderiam representar uma dificuldade insuperável. “Como é possível”, pergunta Mosconi, “fazer chegar a esta gente uma palavra, seja ela socialista ou não?”⁽³⁶⁾. O isolamento levava também a um certo “fatalismo que inibe qualquer esforço para obter melhorias”, de acordo com Bornadelli, em 1913, uma vez que os colonos não tinham contato com os seus compatriotas em outras fazendas e não tinham consciência da força potencial de sua posição⁽³⁷⁾.

Os colonos se encontravam num país estranho, em propriedades bem guardadas, isoladas em regiões ermas, distantes de qualquer povoado, sujeitos à vontade dos fazendeiros acostumados ao poder absoluto e vivendo no meio de outros imigrantes com os quais não tinham estabelecido muitas vezes relações estreitas. Sob tais circunstâncias não é surpreendente que protestos, embora por vezes violentos, permanecessem isolados e sem efeito. A exceção mais importante, a greve de Ribeirão Preto de 1913 é instrutiva por ter sido, em grande parte, limitada às fazendas vizinhas às cidades, pois, de acordo com uma testemunha ocular, somente nesses casos os colonos eram capazes de ver-se freqüentemente, discutir suas queixas e “consolidar a solidariedade” entre os trabalhadores de diferentes fazendas⁽³⁸⁾. Embora o movimento tivesse incluído talvez até 10.000 grevistas, não se expandiu além da região de Ribeirão Preto e os fazendeiros logo chegaram a um acordo entre si para não atender a nenhuma das reivindicações dos trabalhadores. Essa resolução, junto com algumas intimações e algumas demissões, fez com que a greve fosse auspiciosa; mas para os fazendeiros⁽³⁹⁾.

Nem todos os trabalhadores que fugiam das condições existentes nas fazendas deixavam o Brasil. Um número respeitável foi para a cidade de São Paulo, onde eram pagos em nível de subsistência, aglomerados em miseráveis cortiços, destituídos de qualquer legislação social efetiva, e sujeitos a maciços desempregos periódicos⁽⁴⁰⁾. Havia no Estado em 1901,

(36) *La riforma sociale*, VII (1897), p. 588.

(37) Eugenio Bonardelli, *Lo Stato di S. Paulo del Brasile e l'emigrazione italiana* (Turim, 1916), p. 80.

(38) *Ibid.*, pp. 79-80.

(39) Além de Bonardelli, os melhores relatos são Antônio Piccarolo, *La fisiologia d'uno sciopero* (São Paulo, 1913), e *Fanfulla*, 26 de abril a 4 de junho de 1913.

(40) Sobre o padrão da migração da fazenda à cidade, veja Departamento Estadual do Trabalho, *Boletim*, II (1913), p. 572 e III (1914), pp. 471-472. Relatórios sobre as condições de vida urbana são numerosos, embora dispersos. Muitas das fontes citadas na nota 15 discutem a sorte dos imigrantes italianos na cidade. *Fanfulla* publicou frequentes artigos: ver, por exemplo, o relatório sobre moradia da classe operária (23 de março de 1906). O *Boletim* do Departamento Estadual do Trabalho, acima mencionado, ocasionalmente também publicou estudos. Entre estes, “O problema das casas para operários”, V (1916), pp. 373-380, é particularmente crítico. Talvez a melhor observação seja de *A Terra Livre*, 13 de junho de 1906: “Ora, a situação econômica dos trabalhadores no Brasil é, com ligeiras oscilações, para o melhor e para o pior, análoga à de muitos outros países, superior, em média, à de alguns, inferior à de outros. Nas horas de trabalho, no salário, etc., há fortíssimos motivos para as mais justas e ardentes reivindicações”.

uma mão-de-obra industrial de cerca de 50.000 trabalhadores que, em 1920 superou a cifra de 84.000 (41). Essa primeira geração da classe operária brasileira era composta quase totalmente de imigrantes europeus — na maior parte italianos — e dos filhos dos imigrantes (42).

O agente secreto da polícia italiana, Cesare Alliata-Bronner, designado para o consulado de São Paulo para vigiar anarquistas, sindicalistas e outros tipos duvidosos, descreveu os trabalhadores desta cidade como um “proletariado internacional”, abalado por divisões e antagonismos internos. Eles eram, disse ele, “precários, instáveis e não ligados radicalmente pela fé e pela vontade a interesses permanentes de casta e ambiente”. Embora Alliata-Bronner esteja visivelmente aliviado em poder relatar que os esforços revolucionários em São Paulo produziram resultados “escassos mesmo além das expectativas”, contudo, há uma certa ambivalência na sua descrição da predominante falta de consciência política:

“Em vão, os sindicalistas e anarquistas italianos tentaram de todas as maneiras galvanizar as massas. A elevação destas para um entendimento dos fins políticos, sociais e econômicos está longe de ser alcançado. Assim a plebe operária somente reage frente a um ataque imediato e severo aos seus interesses; não são ainda capazes de estabelecer organizações fortes e outras formas diversas para elevação do proletariado, nem a salvaguarda do próprio futuro. São capazes de explosões improvisadas, impetuosas e indisciplinadas, sob a forma de greves violentas — nas quais entretanto, deve-se reconhecer que, com algumas exceções, os atos provocativos provêm mais da polícia local do que dos próprios grevistas” (43).

-
- (41) Antônio Francisco Bandeira Júnior, *A indústria no Estado de São Paulo* (São Paulo, 1901), p. XII, Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de setembro de 1920*, V-1, LXXXIX. 50.000 é uma suposição de Bandeira e parece incluir artesãos independentes, bem como uma cifra generosa para as inúmeras pequenas oficinas que formam uma categoria que Bandeira admite não ter tentado pesquisar. O estudo de 1907 do Centro Industrial encontrou 24.186 operários industriais em São Paulo. Embora não fique claro quão abrangente esta cifra possa ser, o estudo parece definir termos de maneira mais estrita e fornece pelo menos um número mínimo digno de confiança. (Centro Industrial de Brésil, *Le Brésil: ses richesses naturelles, ses industries* (Paris, 1909), III, p. 393). A informação de 1920 se refere especialmente a operários fabris e exclui trabalhadores do setor de transportes, da construção civil e aqueles que, trabalhando em pequenas oficinas, não foram incluídos no censo fabril.
- (42) Estatísticas rigorosas são difíceis de encontrar. Bandeira disse que seus 50.000 trabalhadores eram “quase totalmente italianos”, e conclusão semelhante para a indústria têxtil foi estabelecida em “Condições do trabalho na indústria têxtil no Estado de São Paulo”. *Boletim do Departamento do Trabalho*, I (1912), pp. 38-60.
- (43) Cesare Alliata-Bronner a Luigi Bruno, 30 de junho de 1909, Archivio Centrale dello Stato, Roma, Ministero dell'Interno, Publica Sicurezza, Ufficio Riservato, 13/41/13.

Todos os assuntos mencionados por Allia-Bronner foram reconhecidos e discutidos na imprensa operária: divisões internas, instabilidade, fraca consciência política, desorganização, repressão policial. A *Terra Livre* por exemplo, lamentava “a apatia e a indiferença” do proletariado paulista com referência aos apelos “do pequeno grupo de operários conscientes” que procurava levar os seus companheiros para a “luta pela sua emancipação”. Os editores atribuíram a derrota dos militantes à “desorganização de elementos heterogêneos” e à “flutuação constante da população operária extremamente oscilante”, bem como ao atraso da indústria e à falta de tradições revolucionárias (44). Outros militantes ressaltam os efeitos divisórios de “preconceitos patrióticos”, o analfabetismo difundido, a falta de um passado comum e a falta de disposição de uma população imigrante para exigir mudanças num país estrangeiro (45).

A composição da força de trabalho era pouco propícia a levar à formação de um proletariado organizado, militante, com consciência de classe. Em primeiro lugar, uma grande parte dos operários eram mulheres e crianças. O Censo de 1920 mostrou que as mulheres perfaziam 34% da mão-de-obra industrial em São Paulo, com uma visível maioria na indústria têxtil. De acordo com uma pesquisa em 1919, menores constituíam 17% do total dos operários, sendo 37% nas fábricas têxteis (46). Os fiscais do Departamento Estadual do Trabalho, por exemplo, ficaram encantados com as considerações apresentadas na fábrica têxtil Mariângela do complexo Matarazzo, onde máquinas especiais de tamanho reduzido tinham sido instaladas para serem usadas por crianças — sem dúvida apropriadamente já que um terço dos empregados tinha menos de 16 anos (47). Os operários de São Paulo eram na sua maioria, de origem rural e não especializados. Tal mão-de-obra é sabidamente de difícil organização e São Paulo não constituía exceção com relação a experiências em outras partes. Os sindicatos permaneciam pequenos, fracos e instáveis. Não podiam pagar os grevistas e a sua capacidade de barganha com relação aos empregadores era geralmente nula (48).

Embora as organizações anarco-sindicalistas permanecessem fracas, as doutrinas de greve geral, ação direta e abstenção política gozavam de uma certa influência em São Paulo (49). A primeira década do século XX,

(44) *A Terra Livre*, 28 de junho de 1906, 13 de julho de 1906.

(45) *O Amigo do Povo*, 6 de dezembro de 1903.

(46) *Recenseamento...* 1920, V-1, pp. LXXIX, 270. “Inquérito às condições do trabalho em São Paulo”, *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, VIII (1919), pp. 185-204.

(47) *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, I (1912), p. 45.

(48) Ver os surpreendentes artigos sobre a desorganização completa dos sindicatos, mesmo em 1912, em *Fanfulla*, 2 de maio — 17 de junho de 1912. Isto era característico de todas as associações voluntárias entre os italianos em São Paulo. Cf. Domenico Rangoni, *Il lavoro collettivo degli Italiani al Brasile* (S. Paulo, 1902).

(49) Como foi dito por Piccarolo, o movimento operário de São Paulo era dominado pelo “espírito anárquico... mesmo quando não é assim chamado”. *La fisiologia d'uno sciopero*, p. 5.

afinal, viu o surgimento do anarco-sindicalismo nos países latinos da Europa, entre outros, e muitas das realidades sociais e econômicas que poderiam ter contribuído para o crescimento do movimento, existiam também em São Paulo: industrialização limitada, uma nova classe operária de origens rurais e sindicatos fracos.

A rejeição anarco-sindicalista da ação política parecia plausível em São Paulo, onde a intransigência dos grupos dominantes tornava particularmente estéril o futuro de qualquer movimento operário reformista. As eleições eram, em geral, consideradas como uma farsa tanto pelos imigrantes como pelos brasileiros e, como foi afirmado por *A Terra Livre*, “a burguesia brasileira não está preparada na prática hábil das promessas e astúcias” (50). Antônio Prado em 1906 expressou claramente a atitude dominante: “o único vencedor desta luta será a força” (51). Referia-se especificamente a uma disputa relativamente insignificante na Cia. Paulista de Estradas de Ferro e que, por ser homem avesso ao compromisso, conseguiu transformar essa disputa na primeira greve geral em São Paulo; mas o episódio é instrutivo e possui implicações mais amplas. Uma vez que Prado era ao mesmo tempo Presidente da Cia. Paulista e prefeito da cidade, era capaz de mobilizar facilmente os instrumentos de força para a defesa de seus interesses, embora deva ser admitido que empresários com menos credenciais não pareciam ter também dificuldades neste sentido. Quando a greve de 1906 se expandiu, a polícia sujeitou São Paulo ao que um jornal em língua italiana denominou: “um espetáculo de ferocidade e de barbárie” através de prisões em massa, dispersão de reuniões com cargas de cavalaria e invasão de sedes de sindicatos (52). Prado também utilizou a Força Pública estadual, para proteger ostensivamente os trilhos da Cia. Paulista de atos de sabotagem. A Marinha forneceria bombeiros e maquinistas para manter os trens em movimento até que se pudesse encontrar um número suficiente de trabalhadores dispostos a furar a greve (53).

Este padrão de intransigência e severa repressão era característica das disputas trabalhistas em São Paulo. O socialista de direita, Antônio Pic-

(50) *A Terra Livre*, 13 de junho de 1906. Com respeito às eleições, *A Terra Livre* comentava: “Em regra, as eleições no Brasil, feitas sem eleitores passam desapercibidas para o grosso do público”. Cf. *O Estado de S. Paulo* (26 de outubro de 1919): “No Brasil, em São Paulo, até o mais bronco caboclo do mais remoto sertão não ignora que o voto é arma inútil na mão do brasileiro. A lei não presta, por não garantir a independência do eleitor. Não há partidos. Há um partido só: — o do governo, e este, dispondo dos favores oficiais, das maiorias das Juntas de Recursos, do dinheiro do Tesouro e dos soldados da Força Pública, tudo permite, menos que atravesse a mente de alguém o projeto de vencê-lo numa eleição... no conjunto, o governo sempre vence, não por ser bom governo, mas pelo simples fato de ser governo”.

(51) *Il Secolo*, 17 de maio de 1906.

(52) *Il Secolo*, 30 de maio de 1906.

(53) As melhores fontes sobre a greve, além do *Il Secolo*, são *Fanfulla e O Comércio de São Paulo*, 15 de maio — 1.º de junho de 1906.

carolo, foi surpreendido com a “intemperança e brutalidade” de tais conflitos que, como disse, assumiam “a forma de uma luta insana”. Piccarolo atribui este fato à desorganização da classe operária e à impossibilidade por parte dos proprietários de encarar greves a não ser como ameaças pessoais e insultos a seu suposto paternalismo. As greves em São Paulo, disse ele, eram caracteristicamente mal planejadas, sem lideranças e muitas vezes deflagradas em momentos impróprios; além disso, os boicotes eram ineficazes, o furo de greves era freqüente e a repressão era especialmente violenta⁽⁵⁴⁾. Não só havia constantes disponibilidades da polícia e de outras formas de repressão, usadas para efetuar prisões e praticar toda a sorte de violência física, como também demissões e deportações ocorriam comumente. Para esta classe operária que, dada sua composição e seu caráter especial, os líderes tornavam-se particularmente importantes, assim, expulsões em grande escala podiam ser uma tática devastadora⁽⁵⁵⁾.

Contudo, o longo declínio da militância operária após as greves e deportações de 1919 é um assunto que requer muito estudo e não deve ser atribuído “a priori” aos efeitos da repressão. Certamente, a derrota das greves gerais de 1917 e 1919 foi desmoralizadora e o anarco-sindicalismo indubitavelmente foi desacreditado, entre outras coisas por sua monumental ineficácia. Talvez parte da resposta possa ser encontrada nas características peculiares de uma classe operária imigrante. Conquanto o proletariado paulista pudesse ter percebido de maneira mais aguda o seu isolamento, por serem seus membros imigrantes, todavia, esse fator provavelmente ajudou a impedir essa pequena parte da população, de procurar aliados entre os brasileiros descontentes. Mais ainda: embora o nacionalismo — freqüente diluidor dos sentimentos de classe — não fosse muito efetivo sob este aspecto para a primeira geração de imigrantes, parece ter exercido influência muito maior nas gerações seguintes, durante e depois da década de 1920.

Embora haja indicações de solidariedade de classe e desenvolvimento de consciência política antes de 1919, quaisquer formas organizadas que tais sentimentos pudessem ter assumido foram provavelmente impedidas pela repressão. Este assunto foi tratado por *La Scure* em 1910: “as corajosas tentativas de organização sindical” dos anos anteriores foram “estranguladas pela violência policial” que, de acordo com um editorial, significou que as organizações eram tão fracas que puderam ser estranguladas com facilidade. “Organizações realmente fortes”, o autor continuava, “se não em número, pelo menos em consciência, não teriam sido destruídas pela polícia”⁽⁵⁶⁾. O tamanho e a composição da classe operária, uma

(54) Piccarolo, *La fisiologia d'uno sciopero*, pp. 4-7.

(55) O dado oficial de 560 expulsões entre 1907 e 1922 talvez seja baixo. *Anuário Estatístico do Brasil*, ano V (1939-1940), p. 1.428. Everardo Dias, *Memórias de um exilado (episódios de uma deportação)*, (São Paulo, 1920) é excelente testemunha de primeira mão.

(56) *La Scure*, I (2 de abril de 1910), p. 9.

vez considerados no interior da forma assumida pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil no início deste século, sugerem algumas constatações. Assim, seria possível dizer que talvez poucas outras possibilidades históricas teriam oportunidade de inscrever-se na constelação histórica. Também seria possível aventar que na experiência da imigração italiana, em São Paulo, há indícios de um vínculo entre a eficácia desse capitalismo e a mobilização dos mecanismos repressivos, pois a história dessa imigração é, em grande parte, a história do êxito da repressão. Retrospectivamente, vêmo-nos diante de uma tragédia cuja gravidade provavelmente atinge de maneira igual tanto os imigrantes, com seus avatares políticos, quanto o país que os acolheu, praticando uma política destinada a bloquear outros caminhos históricos.